O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006. 1.1.3. Processo nº 000157-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"/ Unidade Altamira

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar a possível transferência irregular de servidoras mulheres do Setor de Enfermagem para o Setor de Remoção Cadavérica, em desrespeito às normas do edital do concurso público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.4. Processo nº 000569-125/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Arapari Navegações LTDA

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar suposto uso indevido de área pela empresa Arapari Navegações LTDA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.5. Processo nº 000043-808/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará Requerido(s): Clube Campestre Parque do Açaí

Origem: 7à PJ Cível de Altamira

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Loteamento Clube Campestre Parque do Açaí, em Altamira/PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.6. Processo nº 002513-110/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): SIMETAL/PA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse de recursos públicos por meio dos convênios Nº. 014 E 034/2012.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.7. Processo nº 000757-048/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): CREAS de Canaã dos Carajás

Origem: 10 PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Fiscalizar o adequado funcionamento do CREAS de Canaã de Ca-

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO CONHECIMENTO e pela consequente NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Procedimento Administrativo, com fulcro no art. 12 da Resolução n.º 174 do CNMP c/c art. 36 da Resolução n.º 007/2019-CPJ, devendo o feito retornar à Promotoria de Justiça de origem para que lá seja arquivado.

1.1.8. Processo nº 000061-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.9. Processo nº 000167-151/2016

Requerente(s): Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC

Requerido(s): Karine Barbosa Soares

Origem: 10 PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar o desaparecimento de um tablete na Diretoria, bem como a não entrega dos equipamentos aos professores.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006 e SUGERIU a extração de cópias, pela Promotoria de Justiça de origem, conforme exposto no mencionado voto.

1.1.10. Processo nº 002947-710/2017

Requerente(s): Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

Requerido(s): Promotoria de Justiça de Barcarena

Origem: 3º PJ de Barcarena

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em processos licitatórios, cujo objeto era construção de 5 escolas municipais de educação infantil.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, de acordo com o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.1.11. Processo nº 006462-040/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Alyrio Wanzeler Sabbá, Benedita da Silva Menezes, Associação Intermunicipal de Idosos e Aposentados das Zonas Bragantina. Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Investigação sobre suposto atos de improbidade administrativa referente as contas da Associação Intermunicipal de Idosos e Aposentados das Zonas Bragantina Estrado e Salgado.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.12. Processo nº 000281-150/2014 Requerente(s): Servidores da ADEPARÁ

Requerido(s): Agencia Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ

Origem: 40 PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação da empresa Ticket Serviços S.A.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006. 1.1.13. Processo nº 000133-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no DETRAN.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006. 1.1.14. Processo nº 000141-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Andrea Nazaré Lima Motta

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar a ocorrência de improbidade administrativa supostamente praticada pela Sra. Andrea Nazaré Lima Motta na SEMMA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8° , inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n $^{\circ}$ 057/2006. 1.1.15. Processo nº 000162-085/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará Requerido(s): Prefeitura Municipal de Aurora do Para.

Origem: PJ de Aurora do Pará

Assunto: Viabilizar a implementação e manutenção de programa de aco-Ihimento institucional para crianças e adolescentes no Município de Aurora do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos da Resolução n.º 179/2017-CNMP c/c com o art. 8º da Resolução n.º 002/2018-CSMP. 1.1.16. Processo nº 000266-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Terras do Pará- ITERPA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade Administrativa no âmbito do ITERPA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.17. Processo nº 000327-151/2018

Requerente(s): Movimento Democrático Brasileiro Secção do Pará-MDB/PA Requerido(s): Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia acerca de eventual prática de improbidade administrativa por parte do Secretário de Estado de Comunicação do Estado do Pará (SECOM), no ano de 2018.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006. 1.1.18. Processo nº 000498-245/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Acará

Origem: PJ de Acará